



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA/SP

GUARDA CIVIL

GUARDA CIVIL – MASCULINO

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: GUARDA CIVIL – MASCULINO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 05.

Para fins de conceituação dos Direitos Humanos Fundamentais, entende-se, aqui, serem direitos inerentes à condição humana e anteriores ao reconhecimento do direito positivo. São direitos oriundos de consequências ou de reivindicações geradas por situações de injustiça ou de agressão a bens fundamentais do ser humano.

Neste sentido, compreendem direitos da pessoa humana, pela sua natureza, que transcendem os Direitos Fundamentais, em decorrência de o seu conteúdo ser dotado de uma ordem de princípios universais, válidos em todos os lugares e em todos os tempos, para todos os povos, independentemente de mera positividade.

Quanto ao objetivo dos Direitos Humanos Fundamentais, está a proteção que vai além do amparo individual das pessoas, abrangendo toda a coletividade. Por esta razão, inclusive, foi inserida, na Constituição Federal de 1988, a proteção ao meio ambiente (direitos humanos de terceira geração).

Após se traçarem o conceito e o objetivo dos Direitos Humanos Fundamentais, é necessário estabelecer a distinção entre os “Direitos Humanos” e os “Direitos Fundamentais”, por serem duas expressões comumente consideradas como sinônimas.

Assim sendo, no momento em que os Direitos Humanos são incorporados pela Constituição de um país, eles ganham o *status* de Direitos Fundamentais, haja vista que o constituinte originário é livre para eleger, em um elenco de direitos humanos, aqueles que serão constitucionalizados por um Estado ou Nação. Somente a partir de então, eles serão tidos como direitos fundamentais. Logo, os Direitos Fundamentais têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.

(Rúbia Zanotelli de Alvarengam, Direitos Humanos Trabalhistas. Em: outubro de 2025. Fragmento.)

Questão 01

Quanto aos elementos destacados a seguir: “*Para fins de conceituação dos Direitos Humanos Fundamentais, entende-se, aqui, serem direitos inerentes à condição humana e anteriores ao reconhecimento do direito positivo.*” (1º§), está correta a identificação feita de acordo com a classe gramatical que exemplificam (considere a ordem em que as palavras aparecem):

- A) Advérbio; substantivo; advérbio; e preposição.
- B) Substantivo; substantivo; advérbio; e conjunção.
- C) Substantivo; adjetivo; pronome adjetivo; e preposição.
- D) Conjunção; adjetivo; pronome demonstrativo; e conjunção.

Questão 02

No primeiro período do texto, pode-se afirmar que a expressão “[...] *serem direitos inerentes à condição humana* [...]” apresenta um exemplo de:

- A) Sujeito paciente introduzido por preposição.
- B) Exigência de preposição a partir de regência verbal.
- C) Exigência de preposição a partir de regência nominal.
- D) Introdução do termo regido sem que haja exigência de preposição.

Questão 03

O último parágrafo do texto é introduzido por uma expressão que:

- A) Contribui para que qualquer divergência referente à ideia anterior seja dirimida.
- B) Atende ao propósito comunicativo de indicar reforço e conclusão da ideia anterior.
- C) Indica que há uma condição estabelecida para que a ação indicada a seguir seja realizada.
- D) Pode ser substituída por “Torna-se imprescindível afirmar que”, mantendo-se a correção gramatical e semântica originais.

Questão 04

Considerando o período “*Logo, os Direitos Fundamentais têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.*” (5º§), indique, a seguir, a reescrita do trecho destacado anteriormente em que o emprego da vírgula se apresenta de acordo com as normas gramaticais.

- A) “Os Direitos Fundamentais logo, têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.”
- B) “Logo os Direitos, Fundamentais, têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.”
- C) “Logo, os Direitos Fundamentais, têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.”
- D) “Os Direitos Fundamentais, logo, têm como antecedente o reconhecimento dos Direitos Humanos.”



Questão 05

“Para fins de conceituação dos Direitos Humanos Fundamentais, entende-se, aqui, serem direitos inerentes à condição humana e anteriores ao reconhecimento do direito positivo. São direitos oriundos de consequências ou de reivindicações geradas por situações de injustiça ou de agressão a bens fundamentais do ser humano.” (1º§). Do segmento destacado, pode-se inferir que, EXCETO:

- A) Diante de situações em que a injustiça pode ser observada, é possível que ações combativas sejam estabelecidas.
- B) De acordo com o texto, não há indicadores de que haja uma definição acerca dos Direitos Humanos Fundamentais.
- C) Ocorre indicação de propósito de definição seguida de afirmativa que contribui com a construção da argumentação.
- D) O segundo período não apresenta sujeito explícito, indicando progressão textual por meio da concordância estabelecida com referente já introduzido no texto.

Texto para responder às questões de **06 a 15**.

O que é cidadania

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública. O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. Da mesma forma a anestesia, as vacinas, o computador, a máquina de lavar, a pasta de dente, o transplante de coração. Foi uma conquista dura. Muita gente lutou e morreu para que tivéssemos o direito de votar. E outros batalharam para você votar aos dezesseis anos. Lutou-se pela ideia de que todos os homens merecem a liberdade e de que todos são iguais diante da lei.

Pessoas deram a vida combatendo a concepção de que o rei tudo podia porque tinha poderes divinos e aos outros cabia obedecer. No século XVIII a rebeldia a essa situação detonou a Revolução Francesa, um marco na história da liberdade do homem. Desde então, os direitos foram se alargando, se aprimorando, e a escravidão foi abolida. Alguém consegue hoje imaginar um país defendendo a importância dos escravos para a economia? Mas esse argumento foi usado durante muito tempo no Brasil. Os donos de terra alegavam que, sem escravos, o país sofreria uma catástrofe. Eles se achavam no direito de bater e até matar os escravos que fugissem. Nessa época, o voto era um privilégio: só podia votar quem tivesse dinheiro. E para se candidatar a deputado só com muita riqueza e terras. As mulheres, relegadas a segundo plano, passaram a poder votar, símbolo máximo da cidadania.

Até há pouco tempo, justificava-se abertamente o direito do marido de bater na mulher e até de matá-la. Em 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa. Com essa declaração solidificou-se a visão de que, além da liberdade de votar, de não ser perseguido por suas convicções, o homem tinha direito a uma vida digna. É o direito ao bem-estar.

(DIMENSTEIN, Gilberto. *O Cidadão de Papel*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1994. Adaptado.)

Questão 06

De acordo com o trecho: “É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta.” (1º§), pode-se afirmar que:

- A) A pontuação utilizada demonstra marcas de oralidade por se tratar de frases curtas e objetivas.
- B) As repetições utilizadas têm como objetivo persuadir o interlocutor acerca do desenvolvimento do cidadão na sociedade.
- C) Utiliza estruturas que se aproximam sintaticamente de modo a enfatizar as afirmações e ideias sobre o termo “cidadania”.
- D) Considerando-se o contexto apresentado, as expressões “é poder votar”, “é processar” e “é devolver” se mostram equivalentes semanticamente.

Questão 07

O emprego de figuras de linguagem muitas vezes funciona como estratégia persuasiva, contribuindo para que a argumentação seja construída. Um exemplo do expresso anteriormente pode ser identificado em:

- A) “Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la.” (1º§)
- B) “Eles se achavam no direito de bater e até matar os escravos que fugissem.” (2º§)
- C) “Os donos de terra alegavam que, sem escravos, o país sofreria uma catástrofe.” (2º§)
- D) “Até há pouco tempo, justificava-se abertamente o direito do marido de bater na mulher e até de matá-la.” (3º§)



Questão 08

“Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos.” (1º§). O trecho anterior apresenta o emprego de um verbo impessoal, de acordo com as normas gramaticais. Acerca desse emprego, pode-se afirmar que:

- I. Os verbos impessoais não admitem sujeito, sendo flexionados na terceira pessoa do singular.
- II. Havendo locução verbal, o verbo impessoal exige que o auxiliar seja flexionado na terceira pessoa do singular.
- III. Um exemplo de emprego do verbo impessoal, de acordo com a norma padrão, pode ser visto em: “Fazem impressionantes vinte anos que não o vejo.”

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 09

Dentre os fragmentos a seguir, assinale a opção que NÃO apresenta sentido subjetivo em sua expressão.

- A) “Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública.” (1º§)
- B) “Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: [...]” (1º§)
- C) “[...] a rebeldia a essa situação detonou a Revolução Francesa, um marco na história da liberdade do homem.” (2º§)
- D) “Em 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), [...]” (3º§)

Questão 10

A expressão destacada em “O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. Da mesma forma a anestesia, as vacinas, o computador, a máquina de lavar, a pasta de dente, o transplante de coração.” (1º§) expressa, no texto, uma ideia de:

- A) Similitude.
- B) Amplificação.
- C) Peculiaridade.
- D) Continuidade.

Questão 11

Dentre as opções a seguir, assinale aquela que exemplifica o mesmo tipo de texto apresentado em “O que é cidadania”.

- A) “No dia seguinte fui à sua casa, literalmente correndo. Ela não morava num sobrado como eu, e sim numa casa. Não me mandou entrar.”
- B) “Ficara sentada à mesa a ler o Diário de Notícias, no seu roupão de manhã de fazenda preta, bordado a sutache, com largos botões de madrepérola; [...]”
- C) “Nesta linha de raciocínio, toda vez que uma frustração surgir em sua vida, como é o caso da solidão que as pessoas da Geração Z sentem, ela irá recorrer a um subterfúgio idealizado.”
- D) “O metanol é um álcool usado industrialmente em solventes e outros produtos químicos. Ele é altamente perigoso quando ingerido. Inicialmente, ataca o fígado, que o transforma em substâncias tóxicas que comprometem a medula, [...]”

Questão 12

Assinale a opção que apresenta a forma adequada de reescrita, considerando o trecho original: “Em 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa.” (3º§).

- A) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa.
- B) Em 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo na Europa.
- C) Ao surgir, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa.
- D) Com o surgimento, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na emoção da vitória contra forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa.



Questão 13

Os vocábulos destacados a seguir poderiam ser substituídos de acordo com a respectiva sugestão apresentada, EXCETO:

- A) “No século XVIII a rebeldia a essa situação detonou a Revolução Francesa, [...]” (2º§) – rechaçou.
- B) “Desde então, os direitos foram se alargando, se aprimorando, e a escravidão foi abolida.” (2º§) – estendendo.
- C) “As mulheres, relegadas a segundo plano, passaram a poder votar, símbolo máximo da cidadania.” (2º§) – postergadas.
- D) “Com essa declaração solidificou-se a visão de que, além da liberdade de votar, de não ser perseguido por suas convicções, o homem tinha direito a uma vida digna.” (3º§) – consolidou-se.

Questão 14

Pode-se afirmar que em “Pessoas deram a vida combatendo a concepção de que o rei tudo podia porque tinha poderes divinos e aos outros cabia obedecer.” (2º§) a preposição “de” insere, no período:

- A) Oração adversativa, introduzindo a ideia indicada anteriormente pelo termo “combatendo”.
- B) Oração subordinada substantiva completiva nominal, contribuindo para a ampliação da argumentação.
- C) Oração subordinada adjetiva, qualificando e especificando a que tipo de concepção o enunciado faz referência.
- D) Oração coordenada, já que não há interdependência, mas as informações e ideias apresentadas são completas.

Questão 15

“No século XVIII a rebeldia a essa situação detonou a Revolução Francesa, um marco na história da liberdade do homem. [...]” (2º§). Considerando os termos destacados, pode-se afirmar que:

- A) Há equivalência morfossintática entre todos os termos destacados.
- B) Uma opção adequada seria substituir “marco na história” por “marco à história”.
- C) Dos elementos destacados, apenas um pode ser considerado um termo variável.
- D) Caso o termo “rebeldia” fosse substituído por “aversão”, os termos destacados não seriam modificados.

CONHECIMENTOS DE DIREITO

Questão 16

Durante fiscalização realizada por órgão municipal de vigilância sanitária, constatou-se que um restaurante, embora licenciado para funcionamento, passou a descumprir reiteradamente normas básicas de higiene e segurança alimentar, colocando em risco a saúde pública. Após processo administrativo regular, com garantia do contraditório e ampla defesa, a autoridade competente decidiu pela extinção do alvará de funcionamento anteriormente concedido, diante da conduta infracional do titular. Com base nesse caso, identifique a forma de extinção do ato administrativo.

- A) Cassação.
- B) Anulação.
- C) Revogação.
- D) Caducidade.

Questão 17

A atuação dos agentes públicos está submetida a um conjunto de normas constitucionais que orientam a gestão administrativa em todas as esferas de governo. No contexto da Administração Pública brasileira, o conhecimento e a correta aplicação dos princípios são fundamentais para garantir a legitimidade dos atos administrativos e prevenir práticas abusivas, ineficientes ou contrárias à moralidade. Acerca dos princípios administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da eficiência administrativa possui o mesmo conteúdo que a eficiência do setor privado, buscando-se somente uma maximização dos lucros pelo poder público.
- II. Um dos possíveis conteúdos jurídicos do princípio da impessoalidade seria igualdade ou isonomia.
- III. A legalidade administrativa significa que a Administração Pública pode fazer tudo que a lei não proíbe.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.



Questão 18

A Constituição Federal de 1988 estabelece a repartição de competências legislativas entre os entes federativos, determinando quais matérias são reservadas à União de forma privativa e quais são compartilhadas com os Estados e o Distrito Federal sob o regime de competência concorrente. Trata-se de matéria de competência concorrente, nos termos da Constituição Federal de 1988:

- A) Registros públicos.
- B) Trânsito e transporte.
- C) Produção e consumo.
- D) Proteção e tratamento de dados pessoais.

Questão 19

A segurança pública, conforme dispõe o art. 144 da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida por diferentes órgãos federais, estaduais, distritais e municipais. O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisões recentes, enfrentou discussões relevantes sobre os limites da atuação das guardas municipais. Considerando o texto constitucional e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- A) As guardas municipais podem assumir atribuições de polícia judiciária, desde que vinculadas ao Poder Executivo local e respeitada a legislação estadual.
- B) As guardas municipais integram, de forma expressa e originária, o rol de órgãos de segurança pública previstos no *caput* do art. 144 da Constituição Federal de 1988.
- C) As guardas municipais podem exercer o policiamento ostensivo e comunitário no âmbito do respectivo município, desde que respeitadas as atribuições constitucionais dos demais órgãos de segurança pública.
- D) Os agentes integrantes da guarda civil podem efetuar diligências típicas de uma investigação criminal para ingressar em residência ou propriedade de pessoa em cujo poder nada de ilícito foi encontrado.

Questão 20

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. XLIII, estabelece que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

Com esse preceptivo, a Lei Suprema impôs ao legislador ordinário tratamento jurídico mais severo no tocante aos crimes hediondos propriamente ditos, catalogados no art. 1º da Lei nº 8.072/1990, e também aos equiparados ou assemelhados a hediondos, quais sejam, tráfico de drogas, tortura e terrorismo.

Nesse contexto, e visando concretizar o mandado constitucional de criminalização explícito, foi promulgada a Lei nº 11.343/2006 – Lei de Drogas, a qual, além de revogar expressamente suas antecessoras – Leis nº 6.368/1976 e nº 10.409/2002 –, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

(MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Lei de Drogas – Aspectos Penais e Processuais – 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.)

Nesse íterim, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

- A) A prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas.
- B) A criação de um método único e isolado da política antidrogas em detrimento de outras já existentes no Sistema Único de Saúde (SUS).
- C) A proibição da política de plantio, cultura e colheita dos vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ainda que exclusivamente para fins medicinais ou científicos.
- D) A sistematização, garantia do sigilo e não divulgação dos dados estatísticos nacionais de prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e econômica e repressão ao tráfico ilícito de drogas.



Questão 21

Viviane, há cinco anos, vinha sofrendo violência física e psicológica por parte de seu companheiro, até que resolveu colocar fim ao relacionamento e sair de casa, mudando-se para um bairro distante. Ocorre que, mesmo residindo longe, seu ex-companheiro insistia em frequentar uma padaria localizada em frente à nova casa de Viviane. Vale mencionar que, nos momentos em que se encontrava no referido estabelecimento, o ex-companheiro mandava mensagens com tons ameaçadores para ela, no sentido de que estaria sempre por perto vigiando e que não aceitaria ver outro homem entrando em sua casa. Diante dos fatos, Viviane resolveu procurar uma Delegacia da Mulher e solicitar medida protetiva, a qual foi deferida. Em sua decisão, o magistrado determinou que o ex-companheiro estaria impedido de frequentar aquela padaria, visando resguardar a integridade física e emocional de Viviane. Com base na Lei Maria da Penha, essa medida:

- A) É eivada de ilegalidade, já que nenhuma decisão judicial pode restringir a entrada e saída de uma pessoa antes de uma condenação final com trânsito em julgado.
- B) Apenas seria válida se conjugada com a medida de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, o que traria efetividade na proteção da vítima.
- C) A medida protetiva apenas poderia ser concedida após a realização de audiência das partes, oportunidade em que seria possível a formalização de acordo de conciliação ou, em caso de sua inviabilidade, aplicação de medida de repreensão ao agressor.
- D) É válida, uma vez que a Lei Maria da Penha prevê a possibilidade de proibição de frequentação de determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, podendo tal medida ser conjugada com outras que eventualmente forem necessárias.

Questão 22

Em 28 de agosto de 2025, XXX foi até a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do município de Indaiatuba e registrou uma ocorrência contra seu marido, ZZZ, por ameaças e agressões no âmbito doméstico. Salienta-se que, no mês anterior, o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Indaiatuba já havia decretado medidas protetivas de urgência em desfavor de ZZZ. A autoridade policial de Indaiatuba prontamente realizou a ocorrência e conseguiu efetuar a prisão em flagrante de ZZZ. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, dentro do prazo previsto em lei, ZZZ foi apresentado em audiência de custódia ao juiz de plantão. Nesse ato processual, o magistrado avalia se pode decretar a prisão preventiva de ZZZ, já que ele descumpriu as medidas protetivas de urgência anteriormente impostas. De acordo com o art. 313 do Decreto-lei nº 3.689/1941, que instituiu o Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- A) É admitida em crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- B) Não pode ser decretada em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, devendo ser aplicadas apenas medidas protetivas de urgência.
- C) Só pode ser decretada se o crime tiver pena máxima superior a quatro anos, mesmo em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- D) Só poderá ser admitida se ZZZ tiver sido condenado por outro crime culposo, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do *caput* do art. 64, do Decreto-lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro.

Questão 23

Muitas vezes há necessidade, para a formação da convicção do juiz, de submissão do acusado ou mesmo da vítima, de testemunhas ou de terceiros a reconhecimento, para que o reconhecedor possa afirmar se identifica ou não determinada pessoa. É possível, ainda, que a necessidade de reconhecimento recaia sobre uma coisa relacionada à infração, como o instrumento do crime ou o objeto subtraído. A diligência de reconhecimento tem como finalidade verificar se o reconhecedor tem condições de afirmar que a pessoa ou coisa a ser reconhecida já foi vista por ele em ocasião pretérita.

(ALMEIDA, Fabrício Bolzan de; LENZA, Pedro. *Coleção Esquematizado – Direito Processual Penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur. 2025. ISBN 978-85-5362-799-8.)

Sobre o reconhecimento de pessoas e coisas, tendo como fundamento o Decreto-lei nº 3.689/1941, que instituiu o Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) É necessário ordem judicial prévia para a realização do reconhecimento de pessoas e coisas.
- B) A pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deverá ser reconhecida.
- C) A pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela não tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la.
- D) Havendo pluralidade de pessoas convocadas para proceder ao reconhecimento de pessoa ou de objeto, a fim de evitar contradições entre os depoimentos, todas deverão realizar o ato de forma simultânea e no mesmo local.



Questão 24

O Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos Direitos e às Garantias Fundamentais, contempla cinco capítulos. No que tange ao primeiro deles, que abrange o art. 5º e trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato.
- () Todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- () A lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
- () A prática do racismo constitui crime afiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, F, F.

Questão 25

João Ernesto, guarda municipal da cidade de Indaiatuba, durante seu turno de trabalho, após verificar que um cidadão estava estacionado em local incorreto, aproximou-se e para ele proferiu palavras de cunho racial. Em razão de tal conduta, João Ernesto fora condenado a dois anos e oito meses de reclusão e treze dias-multa por injúria racial. Sabe-se que, segundo a Lei Federal nº 7.716/1989, e suas alterações, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público. Tais efeitos:

- A) São automáticos, devendo ser declarados na sentença.
- B) Não são automáticos, não podendo ser declarados na sentença.
- C) Não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.
- D) São autoaplicáveis de ofício, se assim entender a autoridade superior, independentemente de processo administrativo disciplinar ou processo judicial.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 26

Rafael, que aspira se tornar guarda civil de Indaiatuba, ao estudar o Plano de Carreira da corporação, depara-se com as definições do art. 3º da Lei Complementar nº 64/2019. Com base nas definições do referido dispositivo legal, assinale a afirmativa correta.

- A) Interstício: é o indicativo da posição dos círculos e classes na tabela de vencimentos, representado por siglas e algarismos romanos.
- B) Grau: é o indicativo da posição horizontal em que o servidor se enquadra dentro de uma classe na carreira, representado por números.
- C) Progressão vertical: é o enquadramento do cargo de que é titular o servidor de um grau para outro, imediatamente posterior, na mesma classe.
- D) Progressão horizontal: é o enquadramento, nas hipóteses em que cabível, do cargo de que é titular o servidor de uma classe para outra, imediatamente superior, mantido o mesmo grau.

Questão 27

De acordo com a Lei Complementar nº 45/2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Indaiatuba, é proibido ao servidor atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas. Qual, dentre as alternativas a seguir, representa uma EXCEÇÃO expressa na lei a essa regra?

- A) A atuação é permitida desde que ocorra fora do horário de expediente, não importando o tipo de representação ou o grau de parentesco.
- B) A atuação é permitida para representar quaisquer parentes, sem restrição de grau de parentesco, em processos de natureza cível ou administrativa.
- C) A atuação é permitida quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- D) A proibição não se aplica quando o servidor for advogado e estiver exercendo sua função de representação legal, mesmo que para terceiros sem parentesco.



Questão 28

Ana, Beatriz, Carlos e Davi, que recentemente lograram aprovação em concurso público e aguardam convocação para início do curso de formação na guarda civil de Indaiatuba, estão estudando a nova estrutura de carreira da corporação. Conforme a Lei Complementar nº 64/2019 de Indaiatuba e, ainda, considerando a hierarquia da carreira da guarda civil, qual das alternativas a seguir apresenta uma afirmação correta?

- A) Davi: “O Círculo de Praças é composto pelas classes de Subinspetor e Inspetor, enquanto o Círculo de Oficiais é composto pelas classes de Aspirante e Primeira Classe”.
- B) Beatriz: “A hierarquia dos círculos é formada por Guardas Civis, Graduados e Inspetores, sendo as classes de Aspirante e 3ª Classe pertencentes ao Círculo de Guardas Civis”.
- C) Carlos: “As classes de Guarda Civil – Classe Especial e Classe Distinta compõem o Círculo de Graduados, e a classe de Subinspetor é um círculo hierárquico independente”.
- D) Ana: “A hierarquia de círculos da Guarda Civil é composta por Praças, Graduados e Oficiais, sendo as classes de Subinspetor, Inspetor e Inspetor-Chefe integrantes do Círculo de Oficiais”.

Questão 29

Manoel, guarda civil de Primeira Classe do Círculo de Praças, está de plantão e recebeu do seu superior imediato as seguintes ordens de serviço:

- I. Realizar atividades de polícia comunitária.
- II. Orientar, fiscalizar e controlar na forma da lei o trânsito de pedestres e veículos nas vias do município.
- III. Fazer segurança em evento envolvendo manifestações sociais.
- IV. Mapear, em sua área de jurisdição, os índices de violência, a fim de subsidiar o planejamento operacional.

Considerando as atribuições dos guardas civis do Círculo de Praças, conforme o Anexo V da Lei Complementar nº 64/2019 de Indaiatuba, das tarefas solicitadas a Manoel, NÃO corresponde às suas responsabilidades diretas o que se afirma apenas em

- A) IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 30

No ano de 2030, Tício, secretário de Segurança Pública do município de Indaiatuba, determina ao comandante da guarda civil que, a partir do próximo mês, a instituição assumirá integralmente a responsabilidade pela fiscalização de obras particulares, liberando os fiscais de obras para outras tarefas. O comandante, ao receber a ordem, manifesta preocupação, pois entende que tal atribuição não se alinha ao caráter e à finalidade da guarda civil, conforme a Lei Orgânica. Considerando que na data do caso hipotético narrado os termos da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba são os mesmos vigentes atualmente, a determinação de Tício ao comandante da guarda civil está:

- A) Incorreta, pois o secretário de Segurança Pública não tem autoridade para dar ordens à guarda civil – uma autarquia que possui autonomia e independência.
- B) Correta, desde que a determinação seja formalizada por decreto, pois é por meio desse provimento que se definem as atribuições dos servidores e órgãos da administração direta.
- C) Correta, pois o secretário é auxiliar direto e de confiança do prefeito e, portanto, tem a prerrogativa de redefinir as atribuições dos órgãos sob sua subordinação, desde que seja para o bem da administração.
- D) Incorreta, pois a Lei Orgânica define que a guarda civil tem o objetivo de proteger o cidadão, bens e instalações municipais; a fiscalização de obras particulares, se não vinculada a tal finalidade, não é uma de suas atribuições.



LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Questão 31

Determinado município possui sistema de câmeras para fins de monitoramento, controle de tráfego e de segurança viária. Dispondo desse sistema de câmeras, a equipe de monitoramento do município planeja um Projeto de Educação para o Trânsito. A primeira ação dessa proposta é estabelecer o padrão de circulação e conduta nas vias urbanas municipais, e as infrações de trânsito mais recorrentes cometidas pelos motoristas daquela cidade. Em dado intervalo de tempo, a equipe de monitoramento observou as seguintes condutas no trânsito:

- I. Antes de sair de uma via sem acostamento, e de duplo sentido, para entrar à esquerda em outra via, os condutores se aproximam o máximo possível do bordo da pista à direita, aguardam a passagem dos veículos que os antecedem, e só então cruzam a pista com segurança para executar a manobra à esquerda.
- II. Em pistas com três faixas no mesmo sentido de circulação, quando os condutores transitam na faixa do meio e percebem que o veículo que os antecede tem o propósito de ultrapassá-los, se deslocam para a faixa mais à direita sem acelerar a marcha.
- III. Nas interseções e em suas proximidades, os condutores não efetuam ultrapassagens, exceto se houver sinalização permitindo a manobra.
- IV. Com o propósito de ultrapassar veículos de transporte coletivo parados, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, os condutores têm reduzido a velocidade, dirigindo com atenção redobrada ou até mesmo parando o veículo com vistas à segurança dos pedestres.

É correto afirmar que a Lei Federal nº 9.503/1997 é cumprida a rigor apenas em

- A) IV.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 32

A rodovia estadual Santos Dumont atravessa o perímetro urbano do município de Indaiatuba. Encerrando seu expediente de trabalho, um condutor se desloca pilotando sua motocicleta pela via urbana quando, quase iniciando o acesso à rodovia, deparou-se com uma van para condução de passageiros escolares devidamente identificada. A “van de escolares” transitava na referida rodovia, estando à esquerda da motocicleta que se aproximava. No momento, os condutores dos veículos observaram que a área de interseção de vias não apresentava sinalização de trânsito. Em obediência às normas gerais de circulação e conduta do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a preferência de passagem nesta situação hipotética se dará da seguinte forma:

- A) A motocicleta tem a preferência de passagem por se tratar de veículo de menor porte.
- B) A motocicleta circulava à direita da “van de escolares”, o que lhe confere a preferência de passagem.
- C) A “van de escolares” tem a preferência de passagem, pois transita pela rodovia quando da aproximação da motocicleta.
- D) A van, por ser veículo de transporte de passageiros escolares, possui preferência de passagem sobre os demais veículos.

Questão 33

Durante uma operação de fiscalização de trânsito com a temática “segurança viária”, um agente da guarda civil abordou um motociclista, devidamente habilitado, que trazia consigo no veículo uma passageira adulta e uma criança de 11 anos de idade. A criança estava sentada entre os dois adultos e, naquele momento, o agente constatou que a criança apresentava certa deficiência ou mobilidade reduzida. Partindo do cenário apresentado nesse evento hipotético, estão corretas as afirmativas a seguir, EXCETO:

- A) O motorista será autuado por infração de trânsito que prevê as penalidades de multa e de suspensão do direito de dirigir de dois a oito meses.
- B) O motorista deverá ser responsabilizado pelas infrações de trânsito de transitar com o veículo com lotação excedente e transportar criança sem condições de cuidar da própria segurança.
- C) É proibido aos condutores de motocicleta, motoneta ou ciclomotor transportar crianças menores de 10 anos e crianças que não tenham condições de cuidar da própria segurança, como a citada no caso hipotético.
- D) Nas circunstâncias apresentadas, o motociclista deverá ser autuado pelo fato de a criança não ter condições de cuidar da própria segurança, mas o agente da guarda civil não poderá autuá-lo por transitar com lotação excedente.



Questão 34

Pedro, 21 anos, é motorista habilitado na categoria C há um ano, e necessita obter Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de categoria que o permita conduzir combinação de veículos de grande porte. Com base na legislação de trânsito em vigor, analise as afirmativas a seguir relacionadas ao caso hipotético.

- I. A habilitação pretendida por Pedro é a de categoria E, ao qual será conferida uma permissão nessa categoria com validade de um ano, após ele ser aprovado em novo exame escrito de legislação de trânsito e em curso de prática veicular em situação de risco, nos termos de normatização do CONTRAN.
 - II. Pedro não terá o direito de se candidatar para se habilitar na categoria pretendida, pois ainda não possui dois anos na categoria C.
 - III. Pedro preencherá os requisitos para a mudança de categoria pretendida se não tiver cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos doze meses e se for aprovado em curso especializado, bem como em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos do CONTRAN.
 - IV. Se Pedro for abordado conduzindo uma Combinação de Veículos de Carga (CVC) que possua mais de 6.000 kg de Peso Bruto Total (PBT), será autuado pela infração de trânsito de dirigir com CNH de categoria diferente, que prevê multa de natureza gravíssima e medidas administrativas de retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.
 - V. Respeitada a capacidade máxima de tração da unidade tratora, é permitido a Pedro conduzir veículo articulado cuja unidade de tração tenha menos de 3.500 kg de PBT e cuja “carretinha” (reboque) tenha menos de 6.000 kg de Peso Bruto Total (PBT).
- De acordo com a Lei Federal nº 9.503/1997 e com o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) – Resolução do CONTRAN nº 985/2022, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e V.
- B) III e IV.
- C) III e V.
- D) II, IV e V.

Questão 35

O art. 7º da Lei Federal nº 9.503/1997 insere os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios como componentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). O SNT é o conjunto de órgãos e entidades dos Entes Federados que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, educação, engenharia, operação do sistema viário, fiscalização, entre outras atribuições inerentes ao trânsito nas vias terrestres abertas à circulação no território nacional. No âmbito de sua circunscrição, compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios:

- A) Realizar perícia administrativa nos locais de sinistros de trânsito.
- B) Criar, implantar e manter câmaras temáticas de trânsito com vistas a estudos e educação para o trânsito.
- C) Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
- D) Estudar e oferecer sugestões sobre assuntos específicos de trânsito para dar embasamento técnico às decisões dos respectivos Conselhos Estaduais de Trânsito.

Questão 36

O Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), aprovado pela Resolução do Contran nº 985/2022, trata em sua parte geral de normas relativas ao “agente da autoridade de trânsito”. Acerca dessa importante categoria profissional para a prestação dos serviços no trânsito, e sempre com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o MBFT estabelece as seguintes normas, EXCETO:

- A) O guarda civil, ao constatar o cometimento da infração, lavrará o respectivo auto e adotará as medidas cabíveis, administrativas ou penais.
- B) O agente da autoridade de trânsito deve priorizar suas ações no sentido de coibir a prática das infrações de trânsito, devendo tratar a todos com urbanidade e respeito, sem, contudo, omitir-se das providências que a lei lhe determina.
- C) Estando entre as categorias que se enquadram ao termo “agente da autoridade de trânsito”, o policial militar do serviço ativo executa a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- D) Os agentes de polícia penal, quando firmado convênio com o órgão ou a entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, e em conformidade às normas de competência do CTB, se enquadram na categoria agente da autoridade de trânsito.

Questão 37

A sinalização de trânsito a seguir se apresenta, a rigor, nos padrões definidos no Anexo II da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB).



Sob o comando do CTB e Anexos, analise os casos hipotéticos a seguir.

- I. Trata-se de sinalização vertical de regulamentação com informações complementares, cujas mensagens são imperativas ao usuário do trânsito sobre condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias.
- II. A simbologia da sinalização não proíbe “parar”; logo, é incorreta a imposição de limites de horário e permanência para a “carga e descarga”, já que essa operação estará permitida pelo símbolo grafado na placa, pois o conceito “carga e descarga” está inserido na definição de “parada” do Anexo I do CTB.
- III. A sinalização está em área de proibição de estacionamento e possui informações sobre horário e permanência para carregamento e descarregamento, as quais valem para os veículos de carga e também para os veículos de passageiros, desde que esses estejam em operação de “carga e descarga”.
- IV. Considerando a placa de sinalização, é ilegal a autuação por infração de trânsito no seguinte evento hipotético: condutor de veículo de carga estaciona às 9h na área sinalizada pela placa, desembarca e tranca o veículo, entra em estabelecimento comercial, escolhe a mercadoria, entra na fila do “caixa”, efetua o pagamento e, em menos de quinze minutos, embarca a compra e segue seu destino com o veículo.
- V. Condutor, em automóvel utilizado por *pet shop*, embarcou e desembarcou cães às 18h15 na área de incidência da sinalização, concluindo a operação em menos de quinze minutos, sendo que por tal conduta é adequada a autuação de infração de trânsito por “estacionar o veículo em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e V.
- C) II, III e IV.
- D) II, IV e V.

Questão 38

O serviço de transporte remunerado de cargas do tipo “motofrete” é uma necessidade nos dias atuais e, por isso, uma realidade urbana há muitos anos. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) normatizou a questão em 2009, e a circulação de “motofrete” pelas vias deve ocorrer sob autorização dos órgãos ou entidades executivas de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É correto afirmar, com fulcro no CTB, que:

- A) O veículo deverá estar registrado nas categorias de aluguel e de carga.
- B) O veículo usado para o serviço de motofrete deverá ser submetido à inspeção anual para verificação dos equipamentos de segurança.
- C) Nos termos de regulamentação do CONTRAN, é proibido o transporte de galões contendo água mineral, exceto se transportados em sidecar.
- D) O CTB definiu requisitos gerais de segurança para o transporte remunerado de mercadorias em motocicletas, motonetas e ciclomotores, não incluídos bicicletas elétricas e veículos autopropelidos.



Questão 39

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) normatiza sobre o comportamento de pedestres e dos condutores de veículos não motorizados, assunto de suma importância para o disciplinamento do trânsito em vias urbanas municipais. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- A) A autoridade de trânsito poderá autorizar a circulação de bicicletas no mesmo sentido de circulação dos veículos automotores, desde que o trecho da via seja dotado de ciclofaixa.
- B) O pedestre tomará precauções de segurança para cruzar a pista de rolamento, utilizando as faixas ou passagens a ele destinadas sempre que elas existirem em uma distância de até cinquenta metros dele.
- C) Nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, exceto em caso de mudança do semáforo, liberando a passagem dos veículos.
- D) Nas vias urbanas de pista dupla, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização deles, a circulação de bicicletas deverá ocorrer nos bordos da pista de rolamento, em fila única, e no sentido contrário ao deslocamento de veículos, para evitar que a segurança fique comprometida.

Questão 40

Conforme define a parte geral do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), as infrações de trânsito podem se caracterizar em quatro tipos diferentes. O agente da autoridade de trânsito deverá compreender esses conceitos para fiscalizar o trânsito e lavrar corretamente o Auto de Infração de Trânsito (AIT), quando necessário. Sobre esses tipos de infrações, assinale a afirmativa correta.

- A) As infrações continuadas e as denominadas infrações sucessivas são diversas; no caso dessas últimas será lavrado AIT para cada infração constatada.
- B) Um veículo estacionado na esquina e com o licenciamento vencido caracteriza infrações concomitantes que permitem ao agente de trânsito lavrar dois autos – um para cada uma das infrações constatadas.
- C) Nas infrações continuadas ocorre o cometimento de repetidas condutas idênticas, ao longo de um percurso, de forma reiterada e intermitente, a exemplo da infração de dois ou mais avanços de sinal vermelho.
- D) As infrações concorrentes são aquelas em que o cometimento de uma infração implica necessariamente o cometimento de outra, casos em que será lavrado AIT para cada infração constatada, a exemplo de conduzir automóvel sem usar o cinto de segurança e, simultaneamente, usando telefone celular ao ouvido.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



